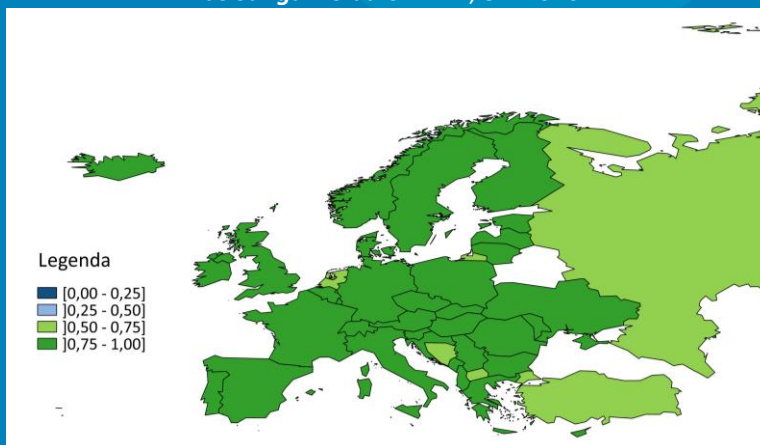




A cidadania é um princípio organizacional que define membros e participantes de um dado Estado. Reconhecendo a importância significativa da cidadania e, inerentemente, do princípio de admissibilidade incondicional de residência no território do Estado, os Estados enquadram este estatuto e os direitos que lhe estão inerentes de forma privilegiada nos seus enquadramentos legais. Os regimes de cidadania assumem-se como importantes determinantes da evolução das obtenções de nacionalidade. Os procedimentos podem ser chamados de “aquisição” ou de “atribuição” em função de se se trata de “nacionalidade derivada” (na qual assume particular importância a **naturalização**) ou de “nacionalidade originária”. São inúmeras as opções de políticas de cidadania, e as combinações possíveis dos princípios subjacentes - e.g. *ius sanguinis* ou do *ius soli* – não havendo um modelo único à escala mundial (ou mesmo europeia). **Aprofunde estes e outros dados na Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações (OM), nomeadamente no Caderno Estatístico [Acesso à nacionalidade portuguesa: 10 anos da lei em números](#) (Oliveira et. al., 2017).**

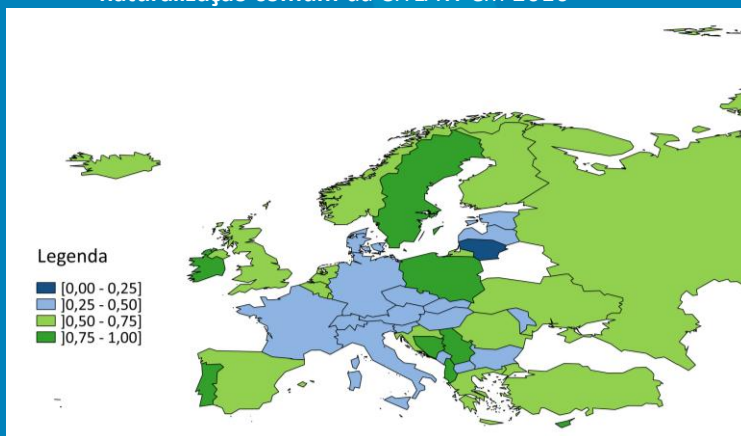
Valores (de 0 a 1) dos países europeus no **índice de *ius sanguinis*** da CITLAW, em 2016



Fonte: EUDO CITIZENSHIP Observatory (2016).

**Sabia que** Portugal se destaca entre os países europeus pela importância que dá ao *ius soli*, o princípio que estabelece que a nacionalidade é atribuída em função do nascimento no território (o país regista, a par da Irlanda, a pontuação mais alta neste índice, 0.79, bastante longe da média da UE28 de 0.34)?

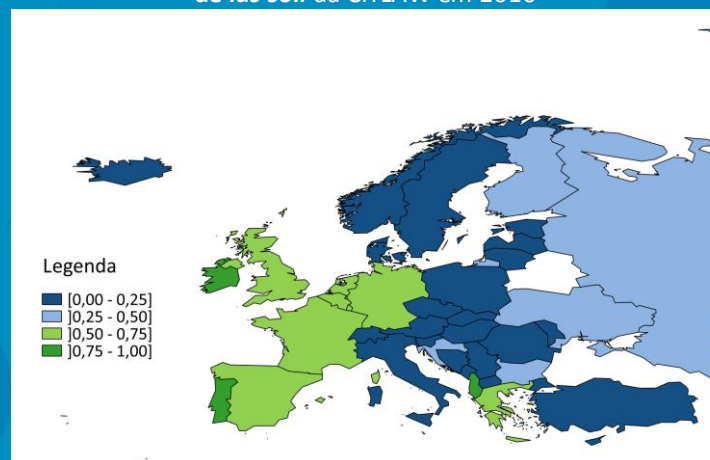
Valores (de 0 a 1) dos países europeus no **índice de *naturalização comum*** da CITLAW em 2016



Fonte: EUDO CITIZENSHIP Observatory (2016).

**Sabia que** Portugal, à semelhança da generalidade dos países europeus, dá grande importância ao *ius sanguinis*, o princípio que estabelece a atribuição de nacionalidade em função dos laços de sangue com ascendentes (o país tem pontuação de 0.94 neste índice, valor apenas ligeiramente acima da média europeia (UE28) de 0.92)?

Valores (de 0 a 1) dos países europeus no **índice de *ius soli*** da CITLAW em 2016



Fonte: EUDO CITIZENSHIP Observatory (2016).

**Sabia que** os países europeus diferem muito no que respeita à **naturalização** de imigrantes, registando-se uma grande variedade de níveis e tipos de requisitos ou condições para a naturalização?

**Sabia que** a política de naturalização de Portugal sobressai no contexto europeu (1º lugar no índice com pontuação de 0.95 no índice, o que o coloca o país bastante longe da média da UE28 de 0.56)?